



**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. JUSTIFICATIVA**

---

1.1. A referida contratação dos Serviços de HOME CARE é de extrema importância, pois hoje a Secretaria de Saúde é responsável em custear o tratamento de pacientes, entre eles crianças e adultos com necessidades especiais, em cumprimento de determinação Judicial e o não atendimento e não cumprimento da medida judicial aplicada, incorrerá em maiores prejuízos e danos ao erário municipal, bem como possíveis sanções à Administração.

1.2. Trata-se de uma internação domiciliar por judicialização e é a continuidade do tratamento hospitalar que passará a ser realizado na residência do paciente. Essa prestação de serviço é indicada no tratamento de diversas patologias ou em casos de reabilitação, quando não há mais necessidade de internação hospitalar.

**2. OBJETO**

---

2.1. A presente licitação tem por objetivo o registro de preço por item, visando a contratação de Prestação de diversos tipos de Serviços a nível domiciliar e HOME CARE, para atendimento dos pacientes em cumprimento de determinação Judicial da Secretaria de Saúde de Birigui.

2.2. A empresa deverá apresentar preço individualizado para cada tipo de serviço oferecido.

**3. DAS ATAS QUE ESTÃO VIGENTES**

---

3.1. Os serviços referentes a Ata 78/2021, com vigência a 08/03/2022, e Ata 179/2021 com vigência a 24/05/2022, serão usados até o vencimento.

**4. DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

---

4.1. Além dos requisitos de habilitação ordinários trazidos pela Lei de Licitações, notadamente aos que dispõem os artigos 27 e seguintes, em razão do objeto se tratar de serviços de saúde, no ato de pregão, as empresas participantes deverão



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**

CNPJ 46.151.718/0001-80

apresentar, juntamente com a documentação de habilitação exigida em edital as seguintes informações:

4.2. Ao ser declarada vencedora, a Licitante deverá apresentar Declaração de que se compromete a apresentar no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o encerramento do certame

4.3. para análise e manifestação dos membros da Comissão nomeados pela Portaria nº 09/2021, os seguintes documentos:

4.3.1. Cópia da licença Sanitária Municipal ou Estadual expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde a LICITANTE estiver instalada, caso esteja vencido, deverá apresentar cópia autenticada da petição de solicitação de renovação acompanhado da cópia autenticada da licença vencida.

4.3.2. Cópia do Alvará de Funcionamento do estabelecimento onde a licitante estiver instalada;

4.3.3. Declaração, sob as penas da Lei, de que, dispõe de profissionais habilitados para execução dos serviços solicitados e seus respectivos Registros ou inscrição no Conselho Regional referente a especialidade pretendida;

4.3.4. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES,

4.3.5. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

4.3.6. Comprovante de Vínculo Empregatício, nos termos da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, junto aos Profissionais Técnicos que se responsabilizarão pelos serviços a serem prestados.

4.4. Salientamos que os documentos acima arrolados são imprescindíveis para a contratação dos serviços descritos neste Termo, por se tratar de serviços na área da Saúde.

4.5. O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços, devidamente munida da documentação supramencionada, implicará na perda dos direitos pertinentes à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente previstas.

4.6. A Diretoria de Atenção Básica e Especialidade da Secretária de Saúde deverá analisar os documentos relacionados anteriormente no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do seu recebimento, devendo posteriormente encaminhar ao Pregoeiro responsável relatório sobre a aceitabilidade dos mesmos.



## **5. RECURSOS FINANCEIROS**

---

5.1. A dotação orçamentária para as despesas decorrentes desta licitação será da ficha 408.

5.2. Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem do recurso orçamentário indicado na cláusula anterior é Municipal.

## **6. PRAZO DE VIGÊNCIA DA(s) ATA(s)**

---

6.1. A vigência da presente contratação deverá ser de 12 (doze) meses, nos termos do art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. **DAS SANÇÕES**

6.2. As eventuais sanções por descumprimento de qualquer obrigação contratual deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e Decreto Municipal nº 5.385 de 02 de março 2015.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

7.1. A empresa deverá oferecer pessoal técnico especializado, para a execução dos serviços descritos e a indicação dos responsáveis técnicos pelos serviços a serem prestados, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Classe.

7.2. Os funcionários da CONTRATADA somente poderão executar os serviços na residência dos pacientes, é obrigatório a presença de um responsável do paciente presente na residência durante todo o período de atendimento pelos profissionais da CONTRATADA.

7.3. Os funcionários da CONTRATADA somente poderão executar os serviços quando devidamente uniformizados e identificados por crachá, sendo obrigatório o uso de equipamentos de proteção individuais (**fornecidos pela CONTRATADA**) adequadas à atividade exercida durante o desempenho da função.

7.4. Manter pessoal em número suficiente, de forma a cumprir as obrigações assumidas.

7.5. Os profissionais envolvidos durante a execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e em dia com o Conselho Profissional Regional.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**

CNPJ 46.151.718/0001-80

7.6. Quaisquer modificações ou providências necessárias à adequação dos serviços, a suprir falhas ou omissões, deverão ser solicitadas por escrito, à CONTRATANTE.

7.7. Cumprir o cronograma para realização das sessões, contendo dias e horários estipulados entre os pacientes e a contratada.

7.8. Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo dos procedimentos realizados.

7.9. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados.

7.10. Planejar, organizar, supervisionar e controlar o serviço e o pessoal, do ponto de vista técnico, operacional e administrativo.

7.11. Prestar os serviços de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidas, com a observância às recomendações aceitas pela técnica e pela legislação.

7.12. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

7.13. Observar as normas de segurança relativas à segurança da operação.

7.14. A licitante vencedora responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venham a causar a terceiros, por negligência, imperícia e imprudência.

7.15. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.16. A licitante vencedora deverá substituir os equipamentos e aparelhos que vierem a apresentar defeito ou quebrar de imediato, sem que isto implique aumento de custo para a Contratante.

7.17. Prestar esclarecimento que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

7.18. A empresa deverá enviar mensalmente para o Diretoria de Atenção Básica e Especialidade da Secretária de Saúde o relatório dos procedimentos realizados, discriminando as atividades desenvolvidas diariamente/ semanalmente, bem como a evolução do paciente, em papel timbrado devidamente **assinado** inclusive com carimbo contendo nome do conselho ou registro pelos profissionais executantes e responsável pelo paciente e a cada três meses relatório com evolução clínica do paciente.



7.18.1. Deverá encaminhar mensalmente à Secretaria de Saúde o relatório de atendimento dos serviços executados no início de cada mês para que seja fechado e conferido o faturamento do mês anterior.

7.19. A futura detentora/contratada será responsável por acompanhar o número de fac símile ou o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da Ordem de Serviço recebida.

7.20. Caso haja o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência pela licitante participante e/ou licitante vencedora, requer sejam aplicadas as medidas cabíveis previstas por legislação, tal qual pena de desclassificação/inabilitação da empresa descumpridora.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

---

8.1. A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos Serviços, através da Secretaria de Saúde.

8.2. A fiscalização ficará assegurada, o direito de exigir o cumprimento integral do plano de trabalho e também das normas técnicas de execução dos serviços.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

---

9.1. O objeto da presente licitação será recebido:

9.1.1. Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

9.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações do Edital, verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

9.2. Será rejeitado no recebimento, o serviço realizado com especificações, definições, resultados, e outros identificadores diferentes das requisitadas e informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos abaixo.

9.3. Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante poderá:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**

CNPJ 46.151.718/0001-80

9.3.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando nova realização do exame ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

9.3.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

9.3.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

9.3.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

9.4. O recebimento do serviço dar-se-á definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da qualidade e/ou quantidade e das especificações

---

### **10.DA COMISSÃO ESPECIAL DE REGISTRO DE PREÇO**

10.1. A comissão especial nomeada para acompanhamento do Registro de Preços, nos termos da Portaria nº 09/2021, relaciona os seguintes servidores:

**SIRLEI DE PAULA PREREIRA**

Enfermeira

CPF – 079.221.878-74

**Fernando Gonçalves Silva**

Enfermeiro

CPF – 297.956.698-50

**RENATA NASCIMENTO DE MEDEIROS SERRA**

Enfermeira

CPF – 200.546.858-42

---

### **11.DO(S) PAGAMENTOS(S)**

11.1. O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias, após a prestação dos serviços solicitados, mediante apresentação de relatório de



execução dos serviços e conferidos pela Secretaria de Saúde, da respectiva apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, documentos fiscais e de cobrança, nos quais deverão constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço(OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

11.2. O pagamento será de acordo com os serviços prestados, caso o paciente venha ser hospitalizado os atendimentos serão interrompidos e não faturados durante o período de internação, somente será pago os atendimentos realizado em nível domiciliar.

11.3. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação, contenham vícios e incorreções.

## **12.CONDIÇÕES GERAIS**

---

12.1. Caso haja o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência pela(s) licitante(s) participante(s) e/ou licitante vencedora, requer sejam aplicadas as medidas cabíveis previstas por legislação, tal qual pena de desclassificação/inabilitação da empresa descumpridora.

Sendo o que nos reserva para o momento, desde já, aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e apreço.

Nestes termos, peço e aguardo deferimento.